

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes

GT Supressão Vegetal

Relato - Primeira reunião de trabalho

São Paulo, 16 de março de 2016

Uma oportunidade de legado socioambiental de grandes empreendimentos na Amazônia repousa inerte em pátios de estocagem, à espera de uma destinação. Trata-se do volume colossal de vegetação legalmente suprimida para dar lugar às operações: no caso da mineração, para que se tenha acesso ao subsolo, e no caso de hidrelétricas, para que se evite a emissão de metano decorrente da decomposição de matéria orgânica no fundo dos reservatórios.

Os participantes do Grupo de Trabalho (GT) em Supressão Vegetal, da Iniciativa *Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes* (GVCes/IFC) enxergam nesse quadro mais que um desperdício de recursos naturais de valor comercial e energético. A perda é também de injeção de insumos capazes de fazer frente a cadeias predatórias, no caso da madeira, e estimular o surgimento de novas cadeias de valor sustentáveis. Por consequência, vislumbra-se trazer para a legalidade um capital humano local que hoje atua na ilegalidade.

Embora os números nem sempre sejam conhecidos para todos os empreendimentos, acredita-se por exemplo que a hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, cuja construção teve início em 2008, disponha ainda de 150 mil toneladas de madeira oriunda da supressão vegetal, exposta à deterioração dos efeitos do tempo e do clima – e apenas 5% do volume original foi destinado à construção civil. Desafios semelhantes são observados em outras regiões, tais como a hidrelétrica de Belo Monte onde, em que pese as possíveis diferenças territoriais e de cobertura florestal, a área do reservatório tem cerca do dobro da dimensão de Jirau.

O manejo florestal, por exemplo, enfrenta um ciclo inicial de três anos sem retorno para o negócio. Neste caso, a madeira de supressão poderia ser um insumo subsidiado que viabilizaria o manejo no longo prazo. Inclua-se também a conexão com serrarias e beneficiamento, etapas que demandam uma base de produção estruturada e mensurável para existir. Na outra ponta, a maior parte do volume de supressão têm características de baixo valor comercial. Nesse caso, contempla-se um insumo para a produção energética, na forma de carvão vegetal ou biomassa.

Eventuais possibilidade de uso, conforme as citadas acima, esbarram em entraves essencialmente regulatórios e operacionais. Um dos primeiros gargalos diz respeito à definição de propriedade. Enquanto no setor de mineração a interpretação oscila entre os “superficiários” (donos do solo ou terreno) e o próprio poder público, no setor elétrico o Ministério de Minas e Energia entende que a madeira faz parte da concessão de aproveitamento hidrelétrico, interpretação da qual a área ambiental do governo discorda. Por consequência, decorrem também dificuldades para obtenção das autorizações de transporte. Ainda que esses percalços fossem superados, o GT destacou o receio de que a destinação efetiva pudesse eventualmente ajudar encobrir outras cargas de origem ilegal, no mesmo transporte, haja vista a ausência de procedimentos para a rastreabilidade nesses casos.

Um dos componentes socioambientais mais dispendiosos do universo dos grandes empreendimentos, a supressão vegetal autorizada demanda ainda inventário florestal, resgate da fauna e plano de uso. Idealmente, um plano adequado deveria busca integração com a economia florestal e o planejamento regionais, mas tudo isso se choca com uma estreita janela de tempo em que a supressão se dá, especificamente no setor elétrico: após a licença de instalação e, a partir daí, numa corrida contra o relógio até a licença de operação, haja vista que cada dia antecipado de geração representa aceno de lucros relevantes com a venda para o mercado livre.

É quase inexistente a produção de conhecimento, seja em moldes acadêmicos, seja estudos de caso, que possa servir como referência na busca de soluções ao desperdício da madeira suprimida. O grupo apontou a necessidade de um projeto piloto que busque a comercialização, inclusive de biomassa, a fim de testar processos e identificar os principais gargalos. Um primeiro projeto do qual resultasse estudo de caso poderia inspirar até mesmo a reflexão em torno de marco regulatório.

Na mesma linha, os participantes entendem que a certificação socioambiental seria um avanço importante para permitir a inserção comercial desses produtos. Hoje, não há instrumento de certificação que reconheça a supressão vegetal como prática sustentável.

PRÓXIMOS PASSOS DO GT

Parte do grupo comprometeu-se a ajudar a promover esse debate entre organizações ambientalistas, com vistas à assembleia do Forest Stewardship Council (FSC), em 2017, quando uma moção pela inclusão desse critério poderia ser proposta. Por fim, o GT projeta realizar mais duas reuniões, para consolidar o que deve vir a ser o projeto piloto e as recomendações para compor as diretrizes, além de um seminário mais amplo, para colher contribuições adicionais de outros atores.

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião representantes das seguintes instituições: Pronatura, Louis Dreyfous Commodities, Alcoa, Instituto Acende Brasil, Instituto Dialog, Odebrecht, BZDUZER, Funbio, Engie, Amata e diretoria de licenciamento ambiental do Ibama, além de IFC e GVCes.

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 50

organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Agendas de Desenvolvimento Territorial; Instrumentos de Financiamento; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas; e Ordenamento Territorial e Biodiversidade.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar um conjunto de orientações com alto grau de aplicabilidade. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Quer participar?

Entre em contato:

Graziela.azevedo@fgv.br

(11) 3799-3502

Saiba mais:

gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia